

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.624.378 - SP (2019/0347729-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADOS : MARISTELA PEREIRA RAMOS - SP092010
LUÍS EDUARDO FOGOLIN PASSOS - SP190991

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO - PROCESSO CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO OPOSTOS NA FORMA DO ART 730 DO CPC/73 - CORREÇÃO MONETÁRIA - LEI 11960/09 - QUESTÃO DEFINIDA NO PROCESSO DE CONHECIMENTO - PRECLUSÃO - ENTENDIMENTO E STF - JULGAMENTO DO MÉRITO DO RE 870947/SE - IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA TR

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 505 do CPC e do art. 92 do CC, no que concerne à ofensa a coisa julgada, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Em suas razões de inconformismo recursal, o exequente, autor nos autos principais, insurge-se contra r. a sentença dos embargos à execução, porquanto sustenta que a conta elaborada pela executada fora acolhido em razão da suposta quitação integral da obrigação, manifestada nos autos principais. Entretanto, sustenta que a quitação refere-se somente ao valor incontroverso da dívida, motivo pelo qual ainda há saldo remanescente a receber.

Restou incontroverso o trânsito em julgado da sentença extintiva nos autos da ação principal. Em razão disso, inclusive, que o magistrado de primeiro grau julgou os embargos à execução procedentes.

Ocorre que, o v. acórdão ora recorrido entendeu por bem dar provimento ao recurso da parte autora, afrontando ao instituto da coisa julgada já sedimentada nos autos principais (fl. 531).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Destarte, conforme expressamente consignado no acórdão embargado, há que se concluir que a quitação, manifestada pelo exequente

Superior Tribunal de Justiça

nos autos principais (id's 1627396; pg. 02), refere-se somente ao montante incontroverso da dívida, já que somente tais valores foram objeto de requisição, conforme se constata do despacho de id's 1627393 (pg. 03), **não havendo, portanto, coisa julgada em relação à parcela controversa da dívida** (fl. 528).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal consiste na revisão da premissa fática assentada pela Corte de origem quanto à identidade dos elementos caracterizadores da coisa julgada, o que demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que, “em sede de recurso especial, não se admite o reexame dos elementos do processo a fim de se apurar a alegada afronta à coisa julgada, em face da incidência da Súmula 7/STJ (AgInt no AREsp n. 784.774/SP, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 13/4/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: EDcl no REsp n. 1.183.633/MS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 9/4/2018; AgInt no AREsp n. 1.152.834/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 18/12/2017; e AgInt no REsp n. 1.635.812/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 27/4/2017.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente